



29244202



08129.006106/2024-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

**Ata da 1º Reunião Extraordinária da Comissão Interfederativa Permanente do
Conselho Nacional de Política sobre Drogas – CONAD**

2024

Data: 14 de junho de 2024

Horário: 14h09 às 17h38

**Local: Sala 206 do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública -
Brasília/DF e Virtualmente - Microsoft Teams**

Pessoas presentes:

SENAD	Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
	Nara Denilse de Araújo, Diretora de Prevenção e Reinserção Social
	Mauricio Fiore, Diretor de Pesquisa, Avaliação e Gestão de Informações
	Marina Lacerda e Silva, Diretora de Gestão de Ativos e Justiça
	Luiza Gomes Luz Rosa, Assessora da Diretoria de Pesquisa Avaliação e Gestão de Informações
	Maria Luiza Alves da Silva, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
	Joselma da Rocha Carvalho, Analista Técnica Administrativa
	Gabriela de Azevedo Carvalho, Diretoria de Prevenção e Reinserção Social
	Debora Estela Massarente Pereira, Diretoria de Prevenção e Reinserção Social

	Antônio Rafael da Silva Filho, Diretoria de Prevenção e Reinserção Social
	Michaela Batalha Juhasova, Diretoria de Prevenção e Reinserção Social
	Samia Abreu, Diretoria de Prevenção e Reinserção Social
Conselheiras e Conselheiros Estaduais e Ouvintes	Aloisio Antonio Andrade de Freitas, Minas Gerais
	Beth Gomes, Secretaria de Educação do Estado do Maranhão
	Denise Fátima Barbosa Souza e Silva, Mato Grosso do Sul
	Delegado Wilson, DRE/MT
	Eliana Borges Gonçalves Rodrigues da Silva, São Paulo
	Éderson Gustavo de Souza Ferreira, Rio Grande do Sul
	Erisson Alan Sousa Lindoso, Maranhão
	Flávia Ribeiro Batista, Amazonas
	FENACT Espiritualidade e Ciência
	Gabriel Ribeiro de Oliveira, Bahia
	Gabriel da Silva Valentin
	Hércules da Silva Pereira, Roraima
	Izabelle Roberta Barros de Oliveira, Distrito Federal
	José Carlos Fiorido, Espírito Santo
	Juliane Maria Fonseca Silva, Paraná
	Lenice Silva dos Santos Barbosa, Mato Grosso
	Lorena Taulla, Pernambuco
	Lidiane Nogueira Rebouças, Ceará
	Lucas Roncati Guirado, São Paulo
	Marcos Edwin Mey, Santa Catarina
	Paulo César de Oliveira, Rio de Janeiro
	Yury Francisco Ribeiro, Pernambuco
	Renata Cristina Blanco Rodrigues Hege, Pará
	Jurandir
	Marcos Túlio Alves Siqueira
	Israel Borborema Polari Leitão
	Miguel
	Edwin, Pará
	CONEPOD/RO
	Camila, Santa Catarina
Alanna Barros	

No décimo quarto dia do mês de junho de 2024, às 14h09, foi iniciada 1º Reunião Extraordinária da Comissão Interfederativa Permanente do Conselho Nacional de Política sobre Drogas – CONAD de 2024, na sala 206, Edifício Sede

do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília, Distrito Federal, e via Microsoft Teams. A Secretária da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Marta Machado, iniciou a reunião falando da expectativa da pasta de implementar e expandir os grandes projetos e programas sobre Prevenção. Reforça a importância dos articuladores estaduais e municipais, com preparação de material dos programas internacionais, que passaram por validação nacional e que apresentaram resultados em outros países. Os materiais sobre Prevenção foram avaliados, melhorados e adaptados para a realidade brasileira, sendo oportuno apresentar aos Membros da Comissão Interfederativa o trabalho desenvolvido pela SENAD e oportunizar o momento de fala para que os Membros abordem como está sendo a implementação dos projetos e programas em seu ente federativo. Marta Machado agradece o apoio das equipes da Prevenção, UNODC e Fiocruz para a consecução dos programas e projetos. Realizada a apresentação da reunião, Marta Machado passa a palavra para Mauricio Fiore, Diretor de Pesquisa, Avaliação e Gestão de Informações, para a conferência do quórum. Certificado o quórum necessário, deu início a reunião, passando a palavra para Debora Estela Massarente Pereira, representante da Diretoria de Prevenção e Reinserção Social, que deu início a apresentação da pauta única do dia, sendo:

prevenção.

Antes de dar início a apresentação sobre as Ações de Prevenção e Promoção da Cidadania desenvolvidas no âmbito da SENAD, com previsão de realização entre os anos de 2024-2026, Debora Estela se apresenta como Coordenadora de Projeto em parceria entre Fiocruz e SENAD, que objetiva implementar três metodologias de prevenção. Desta forma, para a reunião com os Membros da Comissão Interfederativa, recebeu a incumbência de explanar sobre os projetos, programas e parcerias. Apresenta o Projeto *Cria – Prevenção e Cidadania*, que propõe uma estratégia nacional de prevenção de desfechos negativos ao uso de álcool e outras drogas e prevenção à violência e à criminalidade no contexto da política sobre drogas, objetivando o fortalecimento de indivíduos e comunidades, perquirindo uma sociedade mais equitativa. O projeto é fundado em três eixos de ação, sendo: 1 – Cria: Proteção para Infância e Adolescência, em parceria com a Fiocruz Brasília, para desenvolvimento do ELOS, #TamoJunto, Famílias Fortes e Formação para gestores; 2- Cria: Prevenção com os território, em que a SENAD desenvolve a parceria com a OPAS/OMS, para o Plano Álcool, UFSC e OPAS/MS, para o Comunidades que Cuidam, e UNODC, para o Champs; 3 – Cria: Socioeducativo

e Conselhos Tutelares, que trabalhará com o socioeducativo e uso de substâncias e na formação de Conselheiros Tutelares. Explica a existência de eixos transversais de monitoramento e construção de evidências, sendo: Sistema Nacional de Prevenção e Álcool e outras Drogas, Monitoramento e Avaliação e Comitê Científico.

O programa ELOS, visa a mediação lúdica das relações sociais em sala de aula, promovendo o pertencimento e o fortalecimento de vínculos dos estudantes com a escola. Desenvolve estratégias de prevenção ao uso e uso problemático de substâncias psicoativas. As evidências nacionais apontam a redução de interações agressivas e disruptivas em sala de aula, além na melhora na concentração e aumento das interações sociais. É um programa voltado para crianças com idade de 6 a 10 anos, em ambiente escolar, especificamente nas turmas de Ensino Fundamental I. Existem dois principais componentes, sendo o escolar e o comunitário. No componente escolar, para além da estratégia lúdica de mediação das relações sociais, os professores devem buscar o protagonismo entre crianças, reconhecendo sempre que as crianças são plurais; deve implementar o programa com os materiais ofertados; em sala de aula, as crianças são convidadas a cooperar alunos, a utilizar diferentes tons de voz, a circular nos espaços. No componente comunitário, deve ser promovido encontros entre as famílias das crianças alcançadas pelo programa; promover a articulação intersetorial entre as políticas públicas de saúde e de educação; bem como entender as habilidades desenvolvidas no jogo. O jogo é aplicado de 3 a 5 vezes por semana, em um tempo de 10 a 30 minutos, podendo ser estendido por todo ano letivo.

Para iniciativas de prevenção ao uso e uso de prejudicial de substâncias psicoativas para adolescentes entre 13 e 14 anos, o programa leva o nome de #TamoJunto. Ambientado em escolas, esse programa pretende a associação da promoção de habilidades de vida, informações sobre substâncias psicoativas e promoção do pensamento crítico frente a crenças normativas. Nos últimos estudos nacionais realizados com essa metodologia, demonstraram que os adolescentes em contato com o programa tiveram menos chances de iniciar o uso de álcool e que houve um efeito protetor referente a violência escolar, com menos exposição a *bullying*. O #TamoJunto é composto por 12 encontros com adolescentes, com a presença de um facilitador, e 3 encontros com responsáveis, com a presença de dois facilitadores. O programa visa formar facilitadores locais, que atuarão em auxílio continuado de equipes da saúde. Assim como o ELOS, o #TamoJunto

não trabalha o uso e uso prejudicial de substâncias pelos responsáveis, desta forma, os programas são focados nas crianças e nos adolescentes.

Após a apresentação de Debora Estela, Marta Machado oportunizou a palavra para os Membros da Comissão Interfederativa. Ederson Gustavo de Souza, representante do CONED/RS, questiona como ampliar o interesse de participação do professor, visto que muitos baseiam seus conteúdos programáticos no Plano Nacional de Educação; se os programas só podem ser aplicados nas escolas, já que o Estado do Rio Grande do Sul conta com o Centro de Referência da Juventude. Denise Souza, representante do CEAD/MS, entende que os programas não foram efetivados da forma que inicialmente o Governo Federal projetou, visto a sobrecarga de atividades desenvolvidas em âmbito escolar. Desta forma, questiona como é pensado a integração dos programas nos componentes curriculares, pois compreende que deve existir uma integração com as disciplinas escolares básicas. José Carlos Fiorido, representante do COESAD/ES, agradece a oportunidade de participar da reunião. Questiona se os programas abordam a espiritualidade, que aparece nos conceitos de cooperação, solidariedade, fraternidade e civilidade. Lidiane Rebouças, representante do CEPOD/CE, explica que os professores aderiram os programas ELOS e #TamoJunto. Como muitas escolas desenvolvem as atividades em tempo integral, os professores aplicam os programas no contraturno, como disciplina de formação humana ou em parceria com o Programa Segurança na Escola, com o apoio da saúde e assistência social. Entende pela formação do professor, que muitas vezes assume o papel de referência para crianças e adolescentes. Juliane Fonseca, representante do CONESD/PR, questiona os papéis dos Conselhos na implementação dos programas ora apresentados. O representante do Piauí, apresenta a preocupação sobre continuidade dos programas e a forma de financiamento. Nara Araújo, Diretora de Prevenção e Reinserção Social, sugere que as dúvidas sejam respondidas ao final da reunião, visto que os demais programas e projetos apresentados pela SENAD contemplam os questionamentos dos Membros da Comissão Interfederativa. Em relação à formação dos professores, esclarece que os materiais ofertados são instrumentos para os professores, que são capacitados para ofertarem esses programas aos alunos. Esclarece que os professores não estão apresentando resistência a implementação dos programas e projetos nas escolas, dando o exemplo de que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que solicitou a ampliação de escolas aptas a receberem os materiais e a formação de

profissionais. A sustentabilidade dos programas não se dá ou se dará pela SENAD, mas pela absorção do território das metodologias apresentadas. O repasse é de tecnologia, não de recurso. Mesmo com a inserção segmentada, os projetos estão sendo desenvolvidos ao longo dos Governos, podendo ser considerada uma política de Estado. Os Conselhos devem atuar no controle social, acompanhar a implementação e a efetividade dos programas.

Samia Abreu, Coordenadora de Projetos de Prevenção do UNODC, apresenta que no campo do álcool e outras drogas, a escolha do Brasil foi a de trabalhar com evidências científicas e nos resultados. A proposta da SENAD é estabelecer um sistema de prevenção aplicada, considerando fatores de risco, vulnerabilidades comuns do território, pensar a prevenção de forma nacional e internacional. O Brasil é um grande protagonista no campo da prevenção, pois acompanha os desfechos para além da saúde, assistência social, educação. Para atingir um grande público, o programa ELOS e #TamoJunto foram desenvolvidos também para o sistema virtual, que são módulos complementares a formação presencial e que apresenta um módulo específico sobre Diretrizes Internacionais de Prevenção.

O programa Famílias Fortes, destinado a crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos, é estruturado para acontecer em sete encontros, com mais quatro encontros de acompanhamento, objetivando promover habilidades parentais, sociais e emocionais, incluindo a resolução de conflitos. Esse programa pretende estabelecer vínculos com assistidos no CRAS, trabalhando com mães, pais e responsáveis, desenvolvendo as habilidades parentais e acolhimento das mudanças na adolescência; crianças e adolescentes, que serão instigados a lidar com a pressão dos pares, bem como desenvolver habilidades de vida; no eixo família, pretende-se o fortalecimento dos laços familiares a partir da comunicação eficaz e de atividades integrativas. Pretende o programa a redução significativa de exposição de crianças e adolescentes a embriaguez dos seus responsáveis. Após a implementação do programa, nos resultados nacionais e internacionais, percebeu-se: redução na incidência de conflitos familiares; melhora na coesão familiar; 60% menos chances de responsáveis apresentarem estilo parental negligente; dobra a chance de responsáveis apresentarem habilidades de responsividade; 10% de aumento em média das práticas educativas de disciplina não-violenta; aumento de 5% inferior no escore de conflitos ao grupo controle. O programa conta com quatro equipes territoriais, sendo: equipe de articulação, que pretende o fortalecimento da rede intersetorial; equipe de apoio, que atua junto à articulação local e

contribui na implementação do programa; a equipe de formação, que além de formar as equipes, atua no apoio local; e equipe de facilitação, que executa o programa junto às crianças, adolescentes e famílias participantes. São previstos passos de continuidade do programa, sendo a avaliação realizada por meio da: pactuação, em que a SENAD propõe estratégias de prevenção e disponibiliza a transferência de tecnologia, firmando Acordo de Cooperação Técnica com os territórios; Plano de Ação Local, em que é previsto um diagnóstico situacional sobre prevenção no território; Sensibilização, objetivando identificar pessoas e implementar as metodologias; Formação Geral, que trabalha com as políticas sobre drogas com foco nos Direitos Humanos, prevenção baseada em evidências, monitoramento, marcadores sociais e a realidade territorial com foco nas relações étnico-raciais e de gênero; Formação nas Metodologias, fortalecendo os papéis dos formadores locais; Atividades dos Programas, com distribuição de materiais; Monitoramento e Avaliação, com coleta de dados e fortalecimento para futuras tomadas de decisões.

No processo de formação de gestores - EUPC, Samia Abreu explica sobre os currículos de prevenção, com validações internacionais, baseados em evidências, com formação de gestores locais para aprenderem os princípios da prevenção. Assim, são baseados nas Diretrizes Internacionais sobre Prevenção do uso de Drogas – UNODC e OMS, e nos Padrões Europeus de Qualidade para a Prevenção do uso de Drogas – EDPQS – EMCDDA, que apresentam a prevenção em diferentes contextos, como famílias, escola, local de trabalho, comunidade, ambiente. Esse programa subsidia a tomada de decisão dos gestores públicos, orientando quais programas priorizar e incorporar. O curso será dividido em três níveis, em que serão contemplados 2 formadores nacionais, 49 pessoas formadas no curso básico, 9 pessoas formadas no curso avançado e 1 Master Trainer falante de português. Pretende-se em julho de 2024 a entrega dos materiais de formação básica e avançada, com o início da formação após o mês de julho do ano corrente. Antônio Rafael da Silva Filho, apresenta o programa UPC, que foi concebido para responder a demanda de capacitação no campo da prevenção do uso de substâncias psicoativas. O programa conta com o apoio e endosso do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas – CICAD, Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência – OEDT e Organização Mundial da Saúde – OMS. O acordo entre a OEA e o Governo Brasileiro previa, para além da distribuição de materiais, a

capacitação de formadores brasileiros e disponibilização de vagas nos cursos Core e Prevenção Escolar. Para o segundo semestre de 2024 estão previstas duas turmas virtuais do curso Core e uma turma virtual do curso de Prevenção Escolar, para o primeiro semestre de 2025.

No histórico de aproximação da prevenção baseada em evidências, pensou-se em prevenção nos territórios e com os territórios. O Plano Álcool - SAFER, apresenta a iniciativa de reduzir os danos do álcool na sociedade, enfatizando a proteção das políticas de saúde pública e contra a influência da indústria. No Comunidades que Cuidam, implementam-se políticas e serviços sociais para reduzir fatores de riscos, vulnerabilidade e o estabelecimento de rede de proteção de adolescentes. Apresenta o CHAMPS – traduzido para Serviços de Prevenção Ampliada para Crianças e Adolescentes, que incorporam ações, programas e serviços de prevenção baseados em evidências para o público entre 0 a 18 anos. Abrange ações de prevenção universal e indicada, em que o público-alvo são crianças e adolescentes expostos a diferentes níveis de vulnerabilidade. O programa ainda está em fase de adaptação de materiais e ferramentas a realidade brasileira, sendo a referência na América Latina.

No terceiro eixo do Cria, em que se trabalha com o Socioeducativo e Conselhos Tutelares, existem dois programas: Saúde Mental e uso de Substâncias por Adolescentes no Sistema Socioeducativo e Acolha, respectivamente. No Socioeducativo, pretende-se a formação e supervisão de profissionais nas unidades socioeducativas para lidar com a combinação do uso de drogas, transtorno mental e envolvimento em atividades infracionais, estabelecendo protocolos específicos para o atendimento das demandas de adolescentes. Desta forma, é essencial que os profissionais conheçam os serviços da rede de saúde, assistência social, educação, esporte, lazer e cultura, potencializando a ressocialização, o desenvolvimento e reconstrução dos projetos de vida, incluindo o desenvolvimento das habilidades laborais. O programa Acolha, voltado para a qualificação de Conselheiros Tutelares e demais profissionais do SISNAD, apresenta como ponto focal a abordagem psicossocial, que trata a Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas a partir das práticas de cuidado em saúde e da proteção social. O curso será oferecido de forma virtual.

A SENAD trabalha com três eixos transversais, sendo: a) Sistema Nacional de Prevenção ao Álcool e outras Drogas, baseado nas Diretrizes Internacionais de Prevenção do uso de Álcool e outras Drogas do UNODC, que promove a saúde e o bem-estar das crianças, jovens, famílias e comunidades, alinhado com

evidências científicas. Busca-se a prevenção em diferentes níveis, sendo a universal para toda a população, seletiva para grupos de maiores riscos e indicada para intervenções em indivíduos que apresentam comportamentos problemáticos; b) Comitê Científico, com a consolidação da articulação entre comunidade acadêmica e as políticas de prevenção. Esse eixo conta com a participação de 16 especialistas das cinco regiões do Brasil, que será institucionalizado como parte da prevenção; c) Monitoramento, que consiste em uma plataforma interativa de dados denominada *Sistema Nacional de Prevenção do uso de Álcool e outras Drogas – SINAP*, que consolida cursos, legislações, materiais, fóruns, evidências, em um site. O site tem caráter de repositório de informações. Ainda no eixo de Monitoramento, foi pensado em um guia para gestores com estratégias nacionais de monitoramento e fidelidade, em que se aprofunda a necessidade de realização de um bom monitoramento para obtenção de resultados e boas práticas.

Encerrada a apresentação das ações desenvolvidas pela SENAD, passou-se a palavra para Nara Araújo que colocou a equipe da Prevenção e Reinserção Social à disposição para sanar as dúvidas. Passada a palavra para Erisson Lindoso, representante do CEPD/MA, fala da discrepância na implementação dos programas nos entes federados. Solicita que a Comissão Interfederativa seja sempre convidada a participar das reuniões e debates, conforme estabelecido no Decreto nº 11.480/2023 e que se tenha uma nova reunião agendada para tratar dos temas de prevenção e outros de interesse dos entes federados. Propõe uma maior interlocução da SENAD com o Proerd. Nara Araújo questiona se a proposta é a de que seja realizada mais uma reunião extraordinária, ao ponto que Erisson dispõe que esse tema foi tratado em reuniões anteriores, quando sugerida a criação de uma Comissão de Prevenção. Mauricio Fiore esclarece que a criação de uma Comissão ou um Grupo de Trabalho para abordar apenas o tema da prevenção foi pauta do Plenário do CONAD, que não foi aceita. A ausência da criação da Comissão ou do Grupo de Trabalho não impede que os Membros da Comissão Interfederativa produzam materiais com o tema prevenção. Além disso, a Comissão Permanente de Políticas sobre Drogas, que cuida do PLANAD, vem tratando do tema prevenção. Em resposta ao questionado no *chat*, Nara Araújo sugere que seja levada a pauta da espiritualidade para o Comitê Científico. Lidiane Rebouças agradece a atenção que a SENAD vem dando para a prevenção ao uso de álcool e outras drogas para crianças e adolescentes. Solicita que a SENAD trace estratégias para a redução do uso de cigarros

eletrônicos. Nara Araújo esclarece que o Cria foi um projeto pensado para crianças e adolescentes, para a população adulta, o programa é o Gente. Referente ao cigarro eletrônico ou dispositivos eletrônicos para fumar, a SENAD vem realizando ações e eventos para tratar especificamente do assunto. Reforça que a venda de qualquer tipo de tabaco pela internet é ilegal e qualquer venda de dispositivos eletrônicos para fumar é proibida, seja pela venda presencial ou pela internet. Fiorido fala da importância de o Poder Público dialogar com as Igrejas, que em muitos casos funciona como o primeiro acolhimento para aqueles que buscam ajuda. Solicita a capacitação dos conselheiros municipais e um maior acompanhamento da SENAD dos municípios. Nara Araújo esclarece que uma das atividades que os articuladores locais devem desenvolver é o diálogo dos Conselhos Municipais. Em relação ao Proerd, Igrejas, entre outros locais de acolhimento, a Diretora entende que o Currículo Universal é um dos meios de formações de pessoas para trabalhar sobre a prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Denise Souza informa que referente ao uso de cigarro eletrônico, Mato Grosso do Sul lançará o “Mato Grosso do Sul por uma geração sem nicotina”, que focará na prevenção ao uso dos dispositivos eletrônicos de fumar. Pergunta para a Diretora Nara Araújo se as Secretarias de Educação foram ouvidas quando da criação dos programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Em resposta ao questionamento, Nara Araújo esclarece que foram realizadas ações no ano de 2023 com os gestores estaduais, municipais, acadêmicos, sendo a primeira ação o “Seminário Nacional de Pesquisa e Prevenção”. Além disso, ocorreu uma reunião técnica com o Ministério da Educação e diversas representações. Miguel apresenta o programa Fica Vivo, de Minas Gerais, que trabalha diretamente com as comunidades. Dada a palavra para Erisson Lindoso, que informa que foi encaminhada uma nota de desagravo assinada pelos Membros da Comissão Interfederativa. Sugere que os presidentes dos conselhos estaduais elenquem as práticas de prevenção realizadas em seus estados, para que em momento oportuno seja encaminhado um documento compilado para a SENAD. Samia Abreu fala da legitimidade da preocupação de como os programas serão aplicados na escola, mas que os territórios que estão aplicando as tecnologias estão apresentando bons resultados. Nara Araújo propõe que os documentos dos Fóruns sejam encaminhados para os Membros da Comissão Interfederativa, sugerindo que a próxima reunião seja realizada no segundo semestre de 2024. Deseja que seja ofertado aos Membros da Comissão o Currículo Universal.

Considerando que o único item da pauta havia sido vencido, Mauricio Fiore agradeceu a participação de todos os presentes e deu como encerrada a reunião às 17h38.

ANA LUIZA VILLELA DE VIANA BANDEIRA

Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas,
Substituta
[Assinado Digitalmente]



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Villela de Viana Bandeira, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Substituto(a)**, em 10/10/2024, às 15:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **29244202** e o código CRC **4EA79E69**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.